

**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO
DA 19ª REGIÃO****EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 9/2013**

PROCESSO: 08149.000283/2012; CONTRATANTE: União Federal/MPT/PRT/19ª Região; CONTRATADA: Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A - EMBRATEL; OBJETO: Alteração do número de CNPJ da PRT 19ª Região; DATA DE ASSINATURA: 27/06/2014; SIGNATÁRIOS: Dr.ª Virgínia de Araújo Gonçalves Ferreira, Procuradora-Chefe, pela Contratante e Sra. Roberta Jeronimo Gonso, Gerente de Contas, pela Contratada.

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 10/2014**

A PRT/19ª Região torna público, para ciência dos interessados, que será realizada licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, objetivando contratação de serviço de execução do Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico do imóvel sede da PRT 19ª Região em Maceió. A Sessão Pública acontecerá às 09 h., horário de Brasília, do dia 23/09/2014, no site: www.licitacoes-e.com.br. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima, ou na página da PRT/19ª Região na Internet: www.prt19.mpt.mp.br.

WASHINGTON JOSÉ SANT'ANA CORRÊA
Pregoeiro

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL
E TERRITÓRIOS****EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO
DE DOCUMENTOS Nº 3/2014**

O Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos/CPAD, designado pela Portaria nº 819/DGR, de 20/06/2011, publicada no Boletim de Serviço - Ano XX, nº 6 de 11/07/2011, de acordo com as Listagens de Eliminação de Documentos/LED nº 16/2014 da Divisão de Serviços Gerais; nº 17/2014 da Promotoria de Justiça de Sobradinho; nº 18/2014 da Seção de Almoxtarifado-DAA; nº 19/2014 da Promotoria de Justiça Criminal, do Tribunal do Juri e Auditoria Militar; nº 02/2014 da Divisão de Análise e Controle dos Feitos do Consumidor e da Saúde-Brasília I; faz saber a quem possa interessar que a partir do 45º (quadragésimo quinto) dia subsequente a data de publicação deste Edital no Diário Oficial da União (DOU), se não houver oposição, a Comissão Permanente de Eliminação de Documentos/CPAD eliminará os documentos constantes das listagens supramencionadas, que estarão disponíveis na internet (www.mpdft.mp.br). Os interessados, no prazo citado, poderão requerer às suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças do processo, mediante petição, desde que tenha respectiva qualificação e demonstração de legitimidade do pedido, dirigida à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos/CPAD-meio do MPDFT.

Brasília, 5 de setembro de 2014.
ANTÔNIO HUGO BARBOSA NETO

DIRETORIA GERAL

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Contratantes: União Federal por intermédio do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e a empresa AMANA KEY DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO LTDA. Processo: 08190.186666/14-91. Objeto: Participação de 05 (cinco) Membros e 05 (cinco) Servidores no Curso "APG MIDDLE - PROGRAMA DE GESTÃO AVANÇADA". Valor total: R\$ 85.500,00 (oitenta e cinco mil e quinhentos reais). Fundamento Legal: Inexigibilidade de Licitação, art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93 atualizada. Autoridade Superior: Líbano Alves Rodrigues - Diretor-Geral do MPDFT, em 05/09/2014.

Tribunal de Contas da União**SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA****EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

a) Espécie: Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Conselho de Federal de Administração (CFA); b) Objeto: promover o intercâmbio de informações e a cooperação técnico-científica para a capacitação de recursos humanos (Processo TCU - 033.471/2013-4); c) Fundamento Legal: no termos do Art. 100 da Lei nº 8.443/1992 e do art. 116 da Lei 8.666/93; d) Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, a contar de sua publicação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo; e) Signatários: pelo TCU, Ministro Presidente, João Augusto Ribeiro Nardes, e, pelo CFA, Administrador Presidente, Sebastião Luiz de Melo.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

a) Espécie: Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica e Assistência Mútua entre o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Ministério Público Federal (MPF); b) Objeto: prorrogar o prazo de vigência do acordo de Cooperação e Assistência Mútua por mais dois anos, a contar de 9/8/2014, conforme Cláusula Sexta; c) Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993; d) Signatários: pelo TCU, Ministro Presidente, João Augusto Ribeiro Nardes, e, pelo MPF, Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot Monteiro de Barros.

**SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
DA ÁREA DE INFRAESTRUTURA
E DA REGIÃO SUDESTE
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
NO RIO DE JANEIRO****EDITAL Nº 70, DE 5 DE SETEMBRO DE 2014**

TC 009.232/2011-7

Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADA Paulo Roberto Rodrigues Barbosa, CPF: 703.214.267-20 do Acórdão 556/2014-TCU-Plenário, Sessão de 12/3/2014, proferido no processo TC 009.232/2011-7, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, condenando-o a recolher aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social, valores históricos atualizados monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência, acrescidos dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 5/9/2014: R\$ 447.454,59; sendo a totalidade deste valor em solidariedade com a responsável Lúcia das Graças Rodrigues Carдозo; CPF-608.833.327-87. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, Regimento Interno do TCU).

Informações detalhadas acerca do processo, dos valores históricos do débito com as respectivas datas de ocorrência e do cofre credor podem ser obtidas junto à Secex-SECEX-RJ ou em qualquer outra Secretaria de Controle Externo do Tribunal.

MARCIO EMMANUEL PACHECO
Diretor

EDITAL Nº 71, DE 5 DE SETEMBRO DE 2014

TC 023.240/2010-5

Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADA a Clínica Haroldo Siqueira Barros Ltda., CNPJ: 27.975.291/0001-90, na pessoa de seu representante legal, do Acórdão 3.656/2013-TCU-2ª Câmara, Sessão de 27/6/2013, proferido no processo TC 023.240/2010-5, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, condenando-a a recolher aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, valores históricos atualizados monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência, acrescidos dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 5/9/2014: R\$ 2.030.027,87; sendo a totalidade deste valor em solidariedade com os responsáveis Godofredo Santos Sousa; CPF-313.737.803-63 e com o Serviço de Assistência Social Evangélico - SASE, CNPJ-33.974.106/0001-45. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, mediante GRU, código 13901-7, da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 20.000,00 (art. 58, Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do Acórdão 3.656/2013-TCU-2ª Câmara até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, Regimento Interno do TCU).

Informações detalhadas acerca do processo, dos valores históricos do débito com as respectivas datas de ocorrência e do cofre credor podem ser obtidas junto à Secex-SECEX-RJ ou em qualquer outra Secretaria de Controle Externo do Tribunal.

MARCIO EMMANUEL PACHECO
Diretor

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DE CONTRATO**

a) Processo: TC - 008.421/2014-5; b) Espécie: CT nº 30/2014, firmado em 04/09/2014, entre o TCU e a empresa PALMACEA JARDINS LTDA - ME; c) Objeto: prestação dos serviços de plantio heterogêneo de mudas no Parque de Uso Múltiplo da Asa Sul (613/614 Sul) e em lugar a ser definido, bem como reposição das mudas, manutenção periódica e acompanhamento técnico; d) Fundamento Legal: Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993 e vincula - se ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico nº 45/2014; e) Vigência: de 15/09/2014, inclusive, a 14/09/2017; f) Valor: R\$ 161.870,00; g) NE nº 2014NE001121 de 25/08/2014; i) Signatários: pelo Contratante, EDUARDO MONTEIRO DE REZENDE, e, pelo Contratado, HILDIVAR MIRANDA.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

a) Objeto: capacitação em oratória para facilitadores internos servidores do TCU; b) TC- 021.716/2014-5; c) Fundamento Legal: artigo 25, II, da Lei nº 8.666/93; d) Valor: R\$ 43.800,00 (quarenta e três mil e oitocentos reais); e) Favorecido: Clínica Odonto Fonoaudiológica Torres Ltda; f) Autorização: Adriano Cesar Ferreira Amorim, Diretor-Geral do ISC; g) Ratificação: Eduardo Monteiro de Rezende, Secretário-Geral de Administração; h) Nota de Empenho: 2014NE000282 - ISC/TCU, de 5 de setembro de 2014.

Defensoria Pública da União**EXTRATO DE CONTRATO Nº 66/2014 - UASG 290002**

Nº Processo: 08038043916201281.
DISPENSA Nº 247/2014. Contratante: DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO -CNPJ Contratado: 97481220000116. Contratado : SETSYS - SERVICOS GERAIS EIRELI -Objeto: Contratação de serviços de RECEPÇÃO, para atendimento às necessidades da Unidade da Defensoria Pública da União em Belo Horizonte/MG.Fundamento Legal: IEI 8.666/93 . Vigência: 08/09/2014 a 09/12/2014. Valor Total: R\$58.470,52. Fonte: 100000000 - 2014NE801426. Data de Assinatura: 08/09/2014.

(SICON - 09/09/2014) 290002-00001-2014NE801317

EXTRATO DE CONTRATO Nº 68/2014 - UASG 290002

Nº Processo: 08038043918201271.
DISPENSA Nº 246/2014. Contratante: DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO -CNPJ Contratado: 97481220000116. Contratado : SETSYS - SERVICOS GERAIS EIRELI -Objeto: Contratação de serviços de RECEPÇÃO, para atendimento às necessidades da unidade da Defensoria Pública da União em Juiz de Fora/MG. Fundamento Legal: Lei 8666/93 . Vigência: 08/09/2014 a 09/12/2014. Valor Total: R\$32.486,44. Fonte: 100000000 - 2014NE801428. Data de Assinatura: 08/09/2014.

(SICON - 09/09/2014) 290002-00001-2014NE801317

EXTRATO DE CONTRATO Nº 69/2014 - UASG 290002

Nº Processo: 08038043919201214.
DISPENSA Nº 244/2014. Contratante: DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO -CNPJ Contratado: 97481220000116. Contratado : SETSYS - SERVICOS GERAIS EIRELI -Objeto: Contratação de serviços de RECEPÇÃO, para atendimento às necessidades da Unidade da Defensoria Pública da União em Uberlândia/MG. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 . Vigência: 08/09/2014 a 09/12/2014. Valor Total: R\$33.419,40. Fonte: 100000000 - 2014NE801424. Data de Assinatura: 08/09/2014.

(SICON - 09/09/2014) 290002-00001-2014NE801317

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2014 - UASG 200140

Número do Contrato: 00052/2013, subrogado pela UASG: 200140 - DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO - DF.
Nº Processo: 08038045899201216.
DISPENSA Nº 166/2013. Contratante: DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO -CNPJ Contratado: 07743897000192. Contratado : SLASS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA -ME. Objeto: Secretariado na DPU em Juiz de Fora/MG. Prorrogar o prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 . Vigência: 03/12/2014 a 02/12/2015. Valor Total: R\$111.734,40. Fonte: 100000000 - 2014NE800362. Data de Assinatura: 09/09/2014.

(SICON - 09/09/2014) 290002-00001-2014NE801317

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2014 - UASG 200140

Número do Contrato: 00245/2012, subrogado pela UASG: 200140 - DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO - DF.
Nº Processo: 08038029848201166.
DISPENSA Nº 283/2012. Contratante: DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO -CNPJ Contratado: 10629540000192. Contratado : BONA-GUA COMERCIO DE AGUA MINERAL -ALIMENTOS E SERVICOS - Objeto: Limpeza na DPU de 2ª Categoria/DF. Prorrogar o prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 . Vigência: 21/11/2014 a 20/11/2015. Valor Total: R\$184.085,64. Fonte: 100000000 - 2014NE800157. Data de Assinatura: 05/09/2014.

(SICON - 09/09/2014) 290002-00001-2014NE801317

**AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2014 - UASG 290002**

Nº Processo: 08038004168201482 . Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de persianas em PVC, para atender a DPU em Foz do Iguaçu-PR, conforme especificações técnicas descritas no Termo de Referência Anexo I. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 10/09/2014 de 08h00 às 12h00 e de 13h às 17h00. Endereço: Setor Bancário Sul, Quadra 01 Bloco H/i Lote 26/27 Sede/anexo Asa Sul - BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 10/09/2014 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 22/09/2014 às 10h00 site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Tel.: (61) 3319-4363 e/ou e-mail: dpulicacao@dpu.gov.br

(SIDECA - 09/09/2014) 290002-00001-2014NE801317

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2014 - UASG 290002

Nº Processo: 08038006919201411 . Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva de condicionamento de ar na Unidade da Defensoria Pública da União em Petrolina/PE com